

A REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI E OS PLANOS DE INTEGRAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O CARIRI CEARENSE

RESUMO

No final da década passada, no que tange ao planejamento e a gestão pública do território cearense, emergiram ambiciosos planos de integração deste à dinâmica da economia global. Nesse sentido, o governo programou um conjunto de medidas de forte impacto no território cearense. É nesse contexto que o Cariri, em especial o aglomerado Crajubar, emerge como território estratégico para o Estado porque já o era para os agentes econômicos que operam nas escalas regional e global. A presunção de importância estratégica desse aglomerado regional resultou, da parte do estado, na promoção da mesma à condição de aglomerado metropolitano. Em face do quadro espacial no qual se insere, faz-se necessária uma superposição de escalas na análise dessa realidade. Assim, optamos por focalizar o Crajubar a partir de dois recortes espaciais bem definidos, a saber, a escala estadual, em face de aí se configurar a arena política da qual é parte integrante, e a escala dos Sertões centrais do Nordeste, sua base principal de inserção social e econômica.

Palavras-chave: Integração regional, planejamento estratégico, Crajubar e Sertões nordestinos.

RESUMEN

A finales de la década pasada, cuando se trata de la planificación y la gestión pública del territorio Ceará, tiene surgido planes de integración ambiciosos de esta a la dinámica de la economía global. En este sentido, el Gobierno ha programado una serie de fuertes medidas de impacto en el territorio de Ceará. En este contexto, el Cariri, racimo especialmente Crajubar emerge como un territorio estratégico para el Estado porque ya era para los agentes económicos que operan en escalas regional y mundial. La presunción de la importancia estratégica de este aglomerado regional resultado, por parte del Estado, la promoción de la misma a la condición de la aglomerado metropolitana. En vista del marco espacial en el que opera, se requiere escalas superponer el análisis de esta realidad. Por lo tanto, se optó por centrarse en el Crajubar desde dos recortes espaciales bien definidas, a saber, el ámbito estatal, de cara a continuación, configurar la arena política, que es parte integrante, y la escala de la céntrica noreste Sertões, su base principal la inclusión social y económica.

Palabras-clave: la integración regional, la planificación estratégica, Crajubar y Noreste Sertões.

ABSTRACT

At the end of the last decade, when it comes to planning and public management of Ceará territory, emerged ambitious integration plans of this to the dynamics of the global economy. In this sense, the government has scheduled a series of strong impact measures in Ceará territory. Is in this context that the Cariri, especially Crajubar cluster, emerges as a strategic territory for the state because it was already a strategic territory for economic agents operating in regional and global scales. The presumption of the strategic importance of this regional cluster result, to the part of the state, in promoting this to a metropolitan agglomerate condition. In view of the spatial framework in which it operates, it is required scales overlay the analysis of this reality. Thus, we chose to focus on the Crajubar from two well-defined spatial bevels, namely the state level, in the face of then configure the political arena which is an integral part, and the scale of the central Northeastern Sertões, its main base social and economic inclusion.

Key-words: regional integration, strategic planning, Crajubar and Northeastern Sertões.

IVAN DA SILVA QUEIROZ
Professor Dr. da Universidade
Regional do Cariri – URCA
(ivan.queiroz@urca.br)

INTRODUÇÃO

Ao final da última década da quadra atual da história cearense, no que tange ao planejamento e a gestão pública do território do Ceará, viu-se emergirem ambiciosos planos de integração desse estado à dinâmica da economia global. Conforme o agora ex-chefe do executivo do estado, o governador do Ceará no interstício de 2007 a 2014 era “preciso preparar o estado para o Ceará dar um salto no seu desenvolvimento econômico”. Nesse sentido, o governo programou um conjunto de medidas de forte impacto no território cearense, mas não em toda a sua extensão. Seguindo a lógica que preside a orientação dos fluxos de capitais na economia globalizada, privilegiou-se os chamados focos de dinamismo econômico e, por isso mesmo, se apresentam como territórios competitivos.

É nesse contexto que o Cariri, em especial o aglomerado Crajubar, emerge como território estratégico para Estado porque já o era para os agentes econômicos que operam nas escalas regional e global. A dinâmica social e econômica que anima esse recorte sub-regional chamado Crajubar que por sua vez, de uma já histórica relação de proximidade territorial e complementaridade de funções entre Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, alcançou uma destacada posição na rede urbana cearense e na escala dos sertões centrais do Nordeste.

A propósito, é lícito afirmar que essa aglomeração urbana é hoje parte integrante da complexa e dinâmica rede urbana brasileira e, como tal, interage com o todo a partir das condições objetivas de produção locais e regionais que, por sua vez, refletem a forma contemporânea de organização produtiva em escala global (LENCIONI, 2008). Tal fato nos impõe, em face do interesse de refletir sobre esta realidade espacial, uma necessária superposição de escalas na análise dessa realidade. Assim, optamos por focalizar o Crajubar a partir de dois recortes espaciais bem definidos, a saber, a escala estadual, em face de aí se configurar a arena política da qual é parte integrante, e a escala dos Sertões centrais do Nordeste, sua base principal de inserção social e econômica.

Porquanto, concentramo-nos, de um lado, no esforço de analisar e repercutir a posição relativa da principal aglomeração urbana do Cariri no território cearense, em especial no que tange a sua participação nos “planos” do Estado. Nesse particular, tudo indica que, atualmente, a região parece entrar no “eixo” das políticas públicas de Estado, configurando-se como território econômica e politicamente estratégico. Por outro lado, levamos em conta a escala que compreende os Sertões centrais do Nordeste, uma compartimentação regional tradicionalmente tratada, hora como apêndice na rede de fluxos nacionais, hora como um conjunto de enclaves territoriais. Consideramos que essa, assim como as demais áreas dinâmicas do país situadas distantes dos grandes centros urbanos do país, apesar de territorialmente deslocadas, bem podem manter interações a partir de interesses sociais e econômicos a partir das condições técnicas atuais. Afinal, conforme nos alerta Lencioni (2006), é preciso que levemos em conta, além dos nexos proporcionados por *proximidade territorial*, também, aqueles que se tornam factíveis por *proximidade relativa* (LENCIONI, *ibid*).

O CARIRI E OS PROJETOS ESTRUTURANTES PARA REQUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE

A institucionalização da Região Metropolitana do Cariri, em meados de 2009, representou a culminância de um desejo há tempos acalentado por parte das lideranças políticas, empresariais e diversos segmentos sociais urbanos do Cariri cearense de que o espaço urbano e regional dessa região pudesse ser alçado a uma posição mais destacada no território cearense. Portanto, o fato consumado do ponto de vista legal gerou uma enorme expectativa internamente às aglomerações integrantes dessa emergente região metropolitana, sobretudo, por parte dos gestores de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Essa expectativa foi em parte gerada pela novidade institucional e, por outra, pela sinalização por parte do Governo do Estado em descentralizar o desenvolvimento socioeconômico no Estado, historicamente desequilibrado. Segundo o então Secretário de Estado das Cidades, logo após a institucionalização da RMCari, um dos principais desafios assumidos pelo Governo seria o de “diminuir essa relação de desigualdade e desequilíbrio entre o interior e a capital”. De acordo com diagnóstico do mesmo, publicado na página oficial da Secretaria das Cidades, logo após o ato de criação da RMCari,

Tal desequilíbrio e essa desigualdade se manifestam na concentração de população e atividades na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); de outro lado, na concentração da pobreza e no crescimento incipiente das cidades do interior. A magnitude disso pode ser mensurada ao se verificar que, de acordo com a estimativa do IBGE/2008, a população total do estado soma 8.450.527 habitantes distribuídos pelos 184 municípios cearenses, dos quais 90 municípios possuem menos de 20 mil habitantes que juntos reúnem 1.203.102 habitantes, isto é, 14% da população cearense. Já Fortaleza com 2.473.614 habitantes representa 29% da mesma população. A soma do Produto Interno Bruto (PIB) desses 90 municípios representa 7% do PIB total do estado, enquanto Fortaleza concentra sozinha 48%, conforme o Anuário Estatístico do Ceará/2007.¹

Nesse sentido, o Governo do Estado concebeu, no âmbito da Secretaria das Cidades, o “Programa Cidades-Polo”. Ainda segundo o Secretário das Cidades, que coordenava esse projeto, este tinha como objetivo,

[...] contribuir para o fortalecimento de cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, proporcionar o desenvolvimento socioeconômico e o combate à pobreza do estado, por meio de projetos e ações de qualificação do território, de apoio à iniciativa privada e de fortalecimento da gestão municipal e regional. (grifos nossos).

Este fato, contudo, era parte integrante de um conjunto de ações programadas para vários outros recortes do território cearense. Nesse sentido, é lícito intuir que as aludidas ações não recobririam todo o território do Estado mas priorizando as territorialidades dinâmicas e/ou, noutros termos, os focos de dinamismo. Ademais, conforme Moura (2009, P.39), ao sublinhar a ação do Estado nas aglomerações metropolitanas,

[...] o essencial do esforço de equipamentação está primordialmente a serviço das empresas hegemônicas, da modernização urbana, suprimindo as deseconomias externas e criando atratividades para novas empresas; o que resta é relegado aos parques orçamentos públicos.

O plano concebido pelo Governo do Estado acaba indo de encontro com as diretrizes constantes do 3º Volume do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, cujo enfoque foi a delimitação das regiões de referência para este fim, obviamente, guardado as devidas proporções de escala. Este, por sua vez, foi concebido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. O referido estudo consistiu num diagnóstico da realidade brasileira, apresentando a seguinte consideração:

A grande dimensão territorial do país, o forte desequilíbrio no seu ordenamento, as marcantes diferenças naturais e de paisagem, as transformações contemporâneas e

¹ Joaquim Cartaxo, então Secretário das Cidades, assina o artigo sobre “A Região Metropolitana do Cari”. <http://www.cidades.ce.gov.br/cidades/categoria4/cidades-do-ceara>. Acesso em 25 de agosto de 2009.

suas tendências impõem novos desafios para o planejamento nacional. Considerados os objetivos de redução das desigualdades regionais, de valorização da diversidade natural e cultural, da sustentabilidade ambiental e da reconhecida constatação da inadequação da regionalização atual, torna-se necessária nova regionalização do país como base para o diagnóstico, para o planejamento e para a implementação de políticas públicas. (MP/SPI, 2008, p.45)

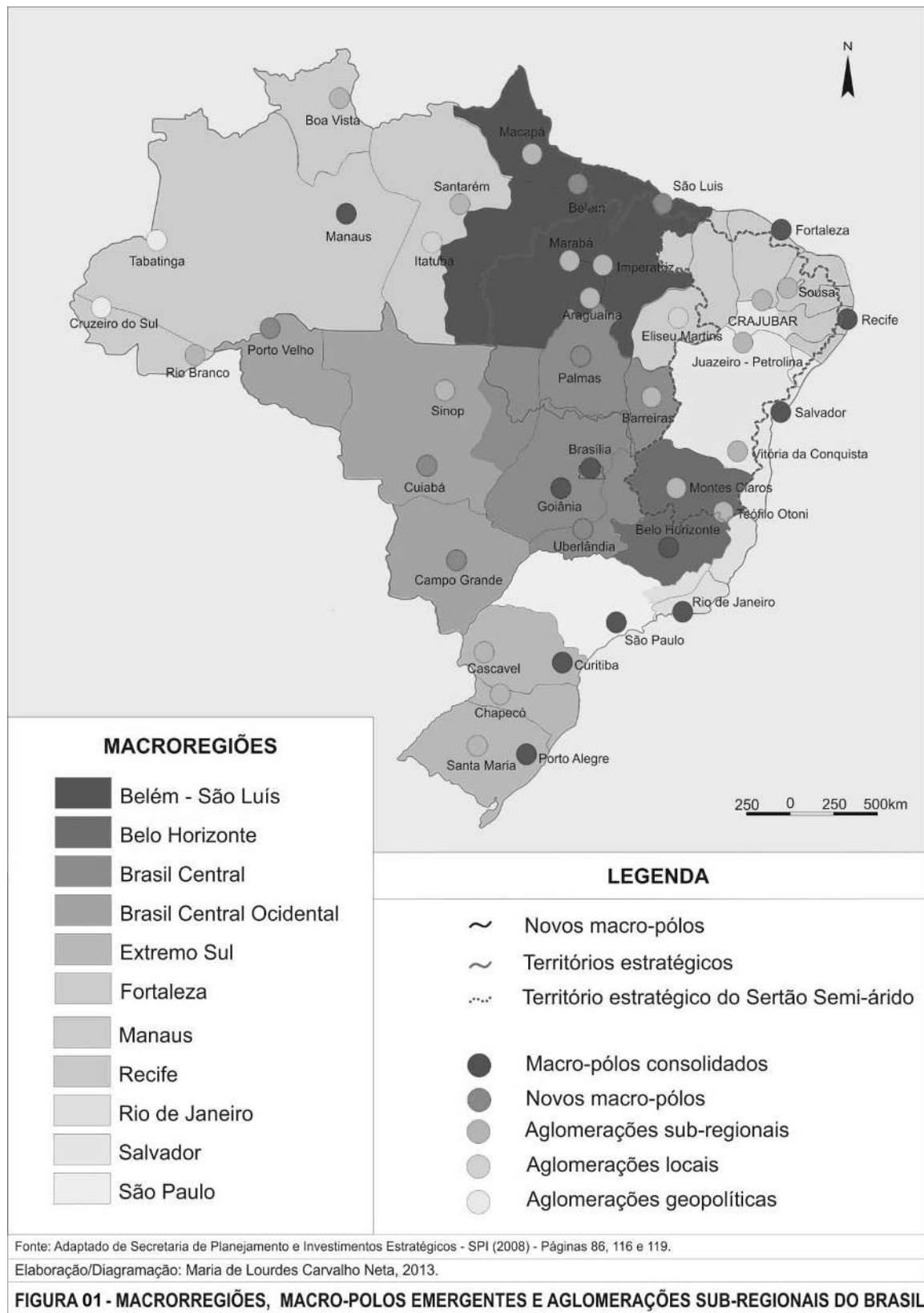
No que tange aos objetivos traçados no estudo nacional e aqueles do plano estadual, percebe-se que os mesmos, em princípio, são coetâneos. Senão vejamos, tendo em vista a realidade descrita na figura 01.

Baseando-se nos indicadores de paisagem e natureza, bem como naqueles relativos às variáveis econômicas e sociais, os pesquisadores que assinaram o estudo mencionado propuseram uma “visão estratégica do território”, a partir da qual o país foi dividido em seis grandes áreas consideradas como territórios estratégicos². Sobre esses espaços, a exceção do território do Sertão Semiárido, estruturam-se 11 macrorregiões — estas, por sua vez, encontrar-se-iam subordinadas por igual número de “macropolos regionais”, representados por capitais metropolitanas, além de outros sete novos macropolos reconhecidos pelo estudo — e 118 sub-regiões.

A tese sustentada no aludido estudo é a de que

O recorte em macrorregiões polarizadas combina a força polarizadora das grandes metrópoles, que constituem as atuais grandes centralidades do país, com suas áreas complementares. Tal regionalização permite visualizar e entender a atual estrutura macrorregional do país por meio da capacidade de comando do urbano sobre os grandes espaços. Serve, também, para avaliação das distorções no ordenamento do território e para indicar opções para o fortalecimento de novas centralidades e das respectivas redes de infra-estrutura e de equipamento urbano. As novas centralidades permitiriam a mudança no ordenamento do território, a redução das desigualdades regionais, o aproveitamento das potencialidades regionais e o estabelecimento de políticas que permitam promover a integração macroespacial do território brasileiro e deste com a América do Sul. Uma nova regionalização deve ser vista como etapa necessária para a redução do peso de algumas megametrópoles e fortalecimento de um sistema urbano policêntrico. (ibid, p.47, grifos nossos).

² Estes territórios estratégicos são representados pelos seguintes espaços: Bioma Florestal Amazônico, **Sertão Semi-Árido Nordestino**, Litoral Norte-Nordestino, Sudeste-Sul, Centro-Oeste e o Centro-Norte.



Conforme a espacialização das centralidades estratégicas do Brasil, realidade expressa no mapa das macrorregiões, macro-polos emergentes e aglomerações sub-regionais, o Crajubar comparece como uma polaridade potencial secundada por Fortaleza. A capital articulando o conjunto, ao norte, e o triângulo Crajubar no sul do Estado.

A aglomeração do Crajubar³, tipificada pelo estudo supracitado como “subpolo estratégico”, conforme podemos observar na figura 02, que situa os polos de dinamismo econômico do Estado do Ceará, representa um território igualmente estratégico para o Governo do Estado do Ceará, na sua política de promoção e integração competitiva dos polos dinâmicos já identificados no Ceará.

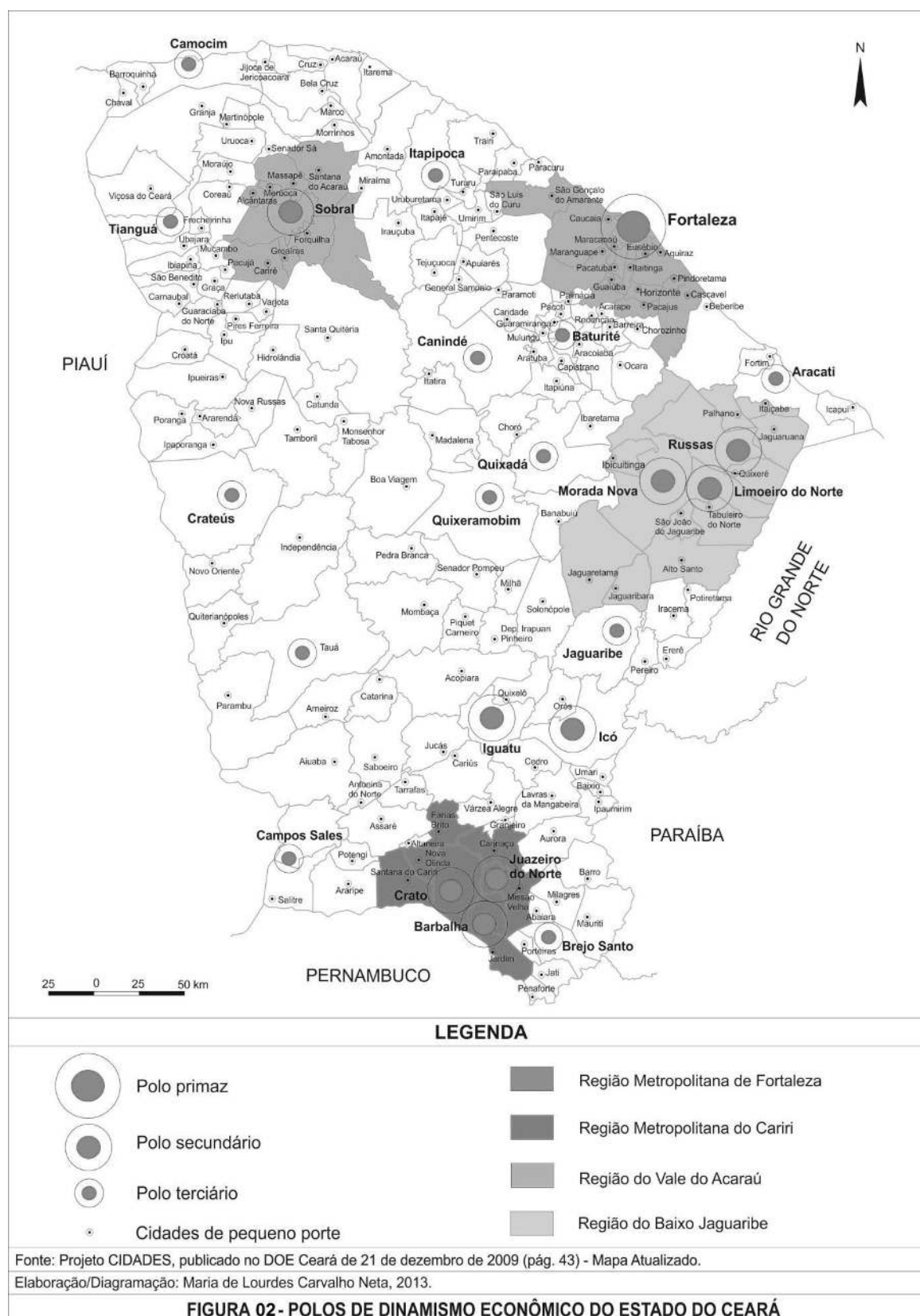
A estratégia governamental, no plano discursivo, consistiria em assegurar que os investimentos programados nos polos secundários e terciários resultem num novo desenho geoeconômico do território cearense. Nesse sentido, a perspectiva do Governo torna-se coetânea com o propósito acenado pelo estudo do MP/SPI, a saber, a promoção de um sistema urbano *policêntrico*. A concepção e promoção da RMCariri constituiu parte integrante desse novo cenário projetado pelo Governo do Estado.

No caso cearense, uma vez demarcadas as centralidades do programa de aceleração do processo de integração competitiva do território cearense nas escalas regional e global, era preciso articular os mesmo e prove-los com o principal insumo da modernidade e aquele mais essencial para fixação dos projetos. Nesse sentido, dois projetos governamentais de megaestrutura vieram a lume, a saber, o “Cinturão Digital” e o “Cinturão das Águas”.

O primeiro, já praticamente concluído, baseia-se na posição estratégica de Fortaleza quanto à proximidade física do país em relação à América do Norte e Europa. Segundo dados da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), a capital cearense é a cidade da América Latina que concentra todos os cabos submarinos que partem (ou chegam) para a América do Norte e Europa⁴. Para a ETICE, o potencial de transmissão e de roteamento de dados em Fortaleza chega a ser maior do que o de São Paulo, por exemplo. Porém, esse potencial não vinha sendo explorado.

³ Grafado incorretamente no estudo mencionado como “Crajobá”.

⁴ <http://www.etice.ce.gov.br/index.php/o-projeto>. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.



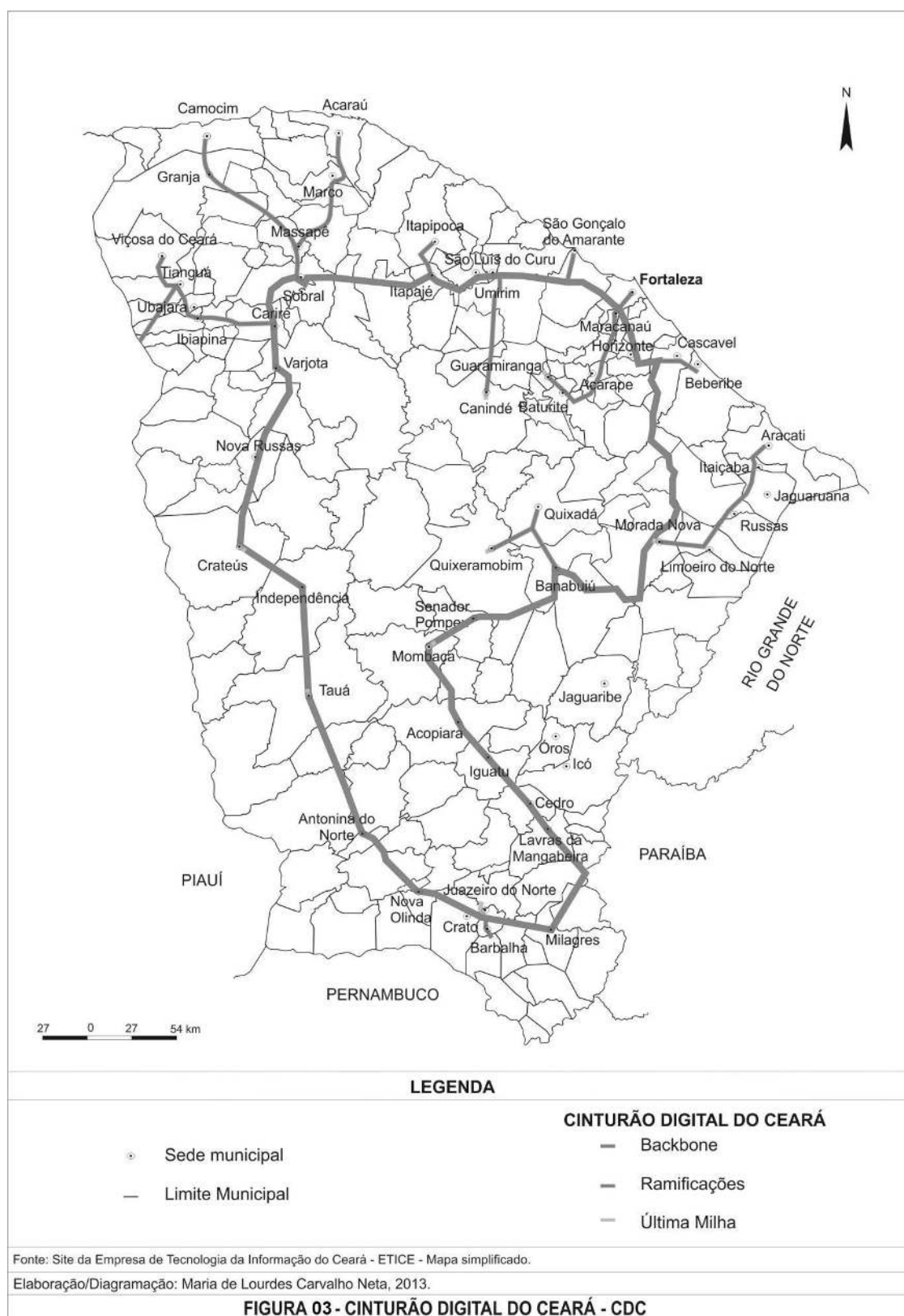
Para tentar tirar partido dessa situação, o Governo formulou um plano ambicioso de integração digital do território cearense, a partir da capital, por 2.500 km de cabos de fibra ótica, conforme pode ser observado na figura 03. O projeto foi concluído ao custo de R\$78 milhões aos cofres do Estado e prevê a recuperação desse investimento através do ingresso da ETICE no mercado de telecomunicações. Isso se faria a partir da oferta do serviço de banda larga para instituições e/ou empresas de direito público, o que já vem ocorrendo, e, também,

para as empresas provedoras de serviços de telecomunicações que serão chamadas a compartilhar o direito de uso da rede de fibras ópticas já instaladas do Cinturão Digital do Ceará (CDC). Com, isso, espera-se promover maior competição no mercado de banda larga no Ceará e, conseqüentemente, o barateamento desse serviço no Estado.

Atualmente, 80% dos órgãos públicos governamentais já operam por meio do Cinturão Digital – CDC, sendo que a meta do Governo do Estado era integrar a esse projeto as prefeituras do interior do Estado, selecionadas por meio de Edital de Chamada Pública ETICE 001/2012.

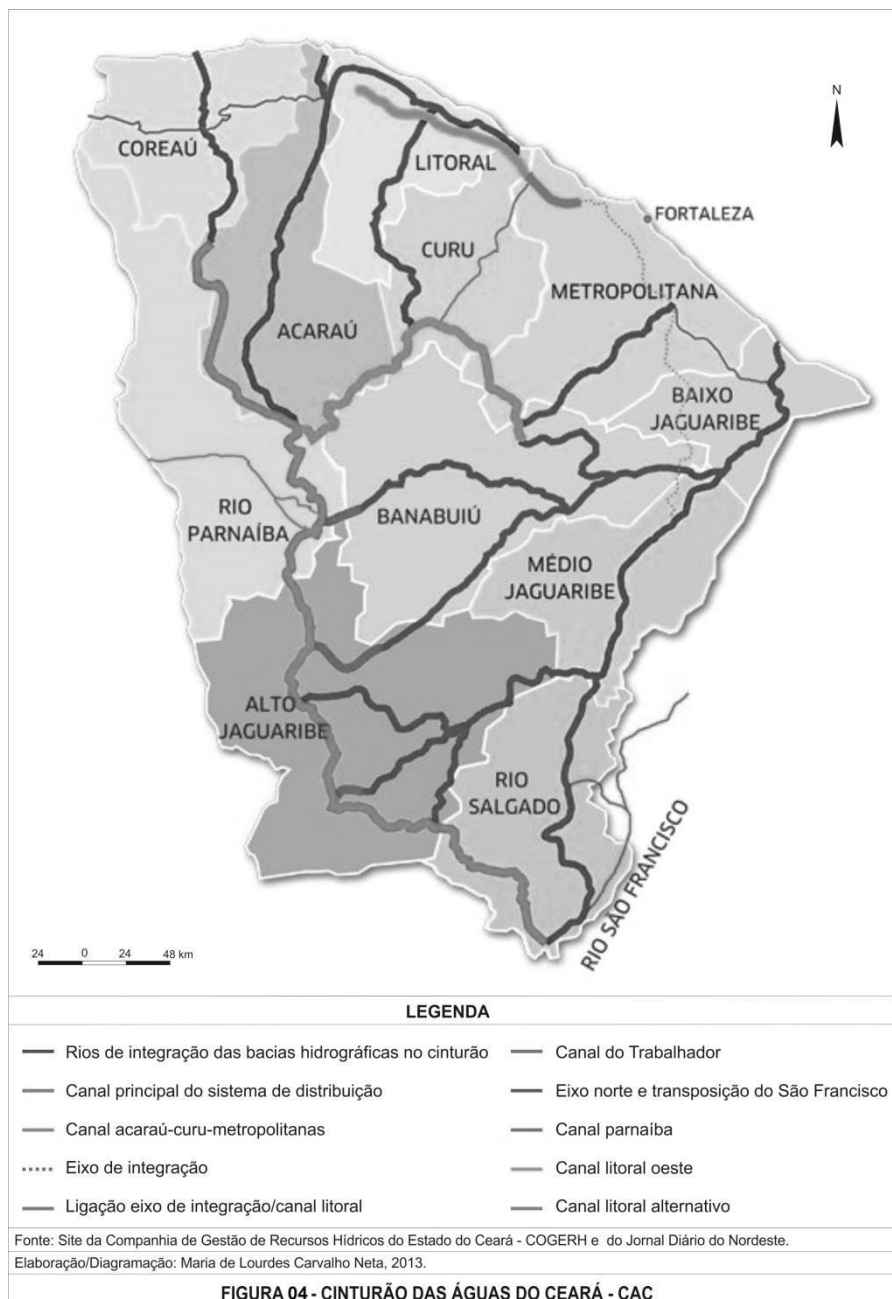
O segundo projeto mencionado, não menos ambicioso que o primeiro, pelo contrário, consiste num programa de integração de todas as bacias hidrográficas do território cearense. Trata-se de um desdobramento de um projeto estadual em fase de conclusão, o Eixão das Águas⁵, e do projeto de transposição de águas do rio São Francisco ainda em curso que por sua vez apenas tangencia a porção leste do Cariri.

⁵ Essa obra é uma iniciativa que teve origem ainda na segunda metade do último governo de Tasso Jereissati, em 2001. O projeto atravessou o Governo de Lúcio Alcântara (2003-2006) e perpassa os dois mandatos do atual governo Cid Gomes. Trata-se de um sistema de interligação de bacias hidrográficas entre o Vale do Jaguaribe, a Capital e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o chamado Eixão das Águas. O Castanhão é o elo central, devendo garantir o suprimento de água para Fortaleza pelos próximos 30 anos. Com mais de R\$ 1 bilhão em investimentos, a obra faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e está dividida em cinco trechos formados por canais, túneis e aquedutos. O sistema, com extensão de 255 km, leva água do Açude Castanhão até a região metropolitana de Fortaleza, e para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

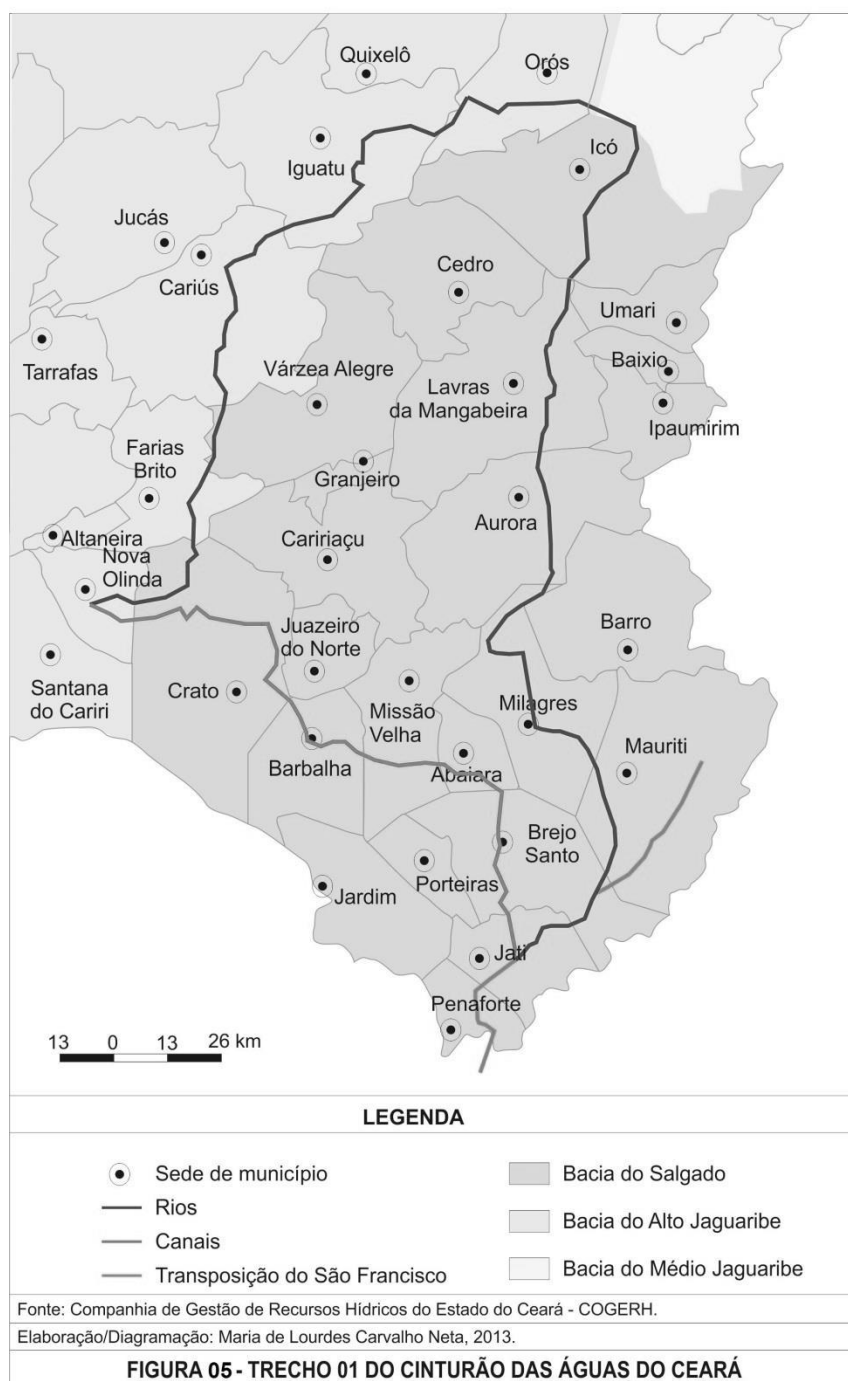


O Cinturão das Águas do Ceará (CAC) traz uma mudança de ordem espacial bastante significativa. Enquanto as grandes obras hídricas anteriores — a exemplo do Canal do Trabalhador, da construção do Castanhão e do Eixão das Águas — tinham como propósito central dar segurança hídrica para a Capital Fortaleza e sua Região Metropolitana, o projeto do CAC desloca-se daquele eixo preferencial. A ideia desse novo projeto consiste em fazer as águas circularem por meio de um grande sistema gravitatório de canais destinado, segundo o Governo, “a condução das águas do São Francisco para 93% do território cearense, inclusive para as regiões mais secas do Estado, bem como para aquelas de potencial turístico e

econômico.” (Projeto CAC, grifos nossos). O referido sistema de canais terá uma extensão aproximada de 1200 km de extensão no território cearense, conforme pode ser observado na figura 04, e está orçado em sete bilhões de reais, com prazo de implantação até 2040.



A primeira fase de implantação do CAC tem como alvo exatamente a região do Cariri cearense. Denominado Trecho 1 - Jati/Cariús, com obras já iniciadas no primeiro semestre de 2013, bem como, também, com expressivos impactos sócio ambientais previstos, porém, ainda sem solução de continuidade. Nessa primeira etapa, está prevista a construção de um canal que captará parte da água que chegará ao Ceará na altura do município de Jati, situado na porção Sudeste do Cariri, margeando a chapada do Araripe no sentido leste-oeste até o município de Nova Olinda (Vide a Figura 05).



Nesta primeira fase do projeto Cinturão das Águas, doze municípios caririenses, dentre estes quatro da RMCariri (Barbalha, Crato, Farias Brito e Nova Olinda), já estão sendo diretamente atingidos.

Apesar da importância desse último projeto, sobretudo para a aglomeração urbana do Crajubar que, em franca expansão, já convive com preocupações em relação à segurança hídrica na região, o mesmo, a exemplo do processo de institucionalização da RMCariri, não foi objeto de debate mais consequente na área atingida. Por isso mesmo, ainda representa uma incógnita para as populações urbanas e rurais da região, além da própria comunidade científica que tem aí seu laboratório preferencial de estudos e pesquisas.

Ainda no bojo do processo que culminou com a criação da RMCariri, acresce sublinhar o lugar e importância do “Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do

Ceará - Cidades do Ceará (Cariri Central)” nesse processo. Anunciado pelo Governo do Estado logo após a institucionalização da RMCariri, essa iniciativa representa um programa de investimentos públicos da ordem de R\$ 130 milhões nas cidades integrantes do recorte regional denominado Cariri Central.⁶ Aliás, essa área coincide com aquela da RMCariri. O contrato com o Banco Mundial foi ratificado em solenidade realizada em 04 de fevereiro de 2010 na cidade de Juazeiro do Norte.

Segundo fontes do Governo do Estado, a escolha dessa região como área piloto para a realização do referido projeto levou em consideração os investimentos públicos pré-existent na região; a existência na região de atividades produtivas consideradas competitivas para o Estado; a capacidade destas em alavancar o desenvolvimento da região – especialmente o turismo e polo calçadista; e “o processo de polarização regional constituído por mais de um município”. (<http://www.cidades.ce.gov.br/index>. Acesso em 30 de janeiro de 2012, grifos nossos).

Conforme podemos perceber, o plano traz expressamente um compromisso com dois segmentos produtivos já bastante consolidados no Estado, a saber, o negócio do turismo e a indústria calçadista, ambos os vetores, com forte apelo regional, especialmente o segundo, pois já bastante consolidado em Juazeiro do Norte.

A eleição do turismo no Cariri Central expressa o interesse em explorar o patrimônio ambiental, paleontológico e cultural da região e o turismo religioso na cidade de Juazeiro do Norte. Porém, tal opção embute também o propósito de promover adequações no circuito espacial das tradicionais romarias, com vistas à atração de uma categoria de sujeito social dentre os visitantes da “terra do Pe Cícero”, a saber, o turista religioso. Esse propósito, obviamente, reforça a oposição entre moderno e tradicional, relação na qual o romeiro representa a segunda e que, no esforço de modernização e/ou metropolização de Juazeiro do Norte, esse sujeito passa ser secundarizado nas novas políticas públicas que aí tem lugar.

As ações programadas pelo projeto Cidades do Cariri distribuem-se em três eixos prioritários. O primeiro, tipificado como sendo de qualificação territorial, abrange intervenções para a promoção de *Acessibilidade, Trânsito e Transporte Intermunicipal*; no campo da *Qualificação Urbana*, sendo o projeto do *Aterro Sanitário Regional Consorciado e seus vinculados* o mais destacado; e ações de proteção ambiental.

Foram previstas intervenções em todos os municípios integrantes da RMCariri, porém, previsivelmente, conforme as próprias diretrizes do projeto, cuja estratégia consiste no “fortalecimento das cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano”, foi previsto um aporte de investimentos muito mais expressivo no Crajubar e, principalmente, em Juazeiro do Norte.

O segundo eixo compromete-se com a Inovação e Apoio aos APLs, devendo convergir, prioritariamente, para o apoio aos setores de calçados e turismo, através de ações de infraestrutura e de formação de profissionais na região. A propósito deste último tópico, segundo informações constantes no Projeto Cidades do Cariri,

[...] destaca-se a implementação do Centro de Inovação Tecnológica do Setor de Calçados - CITE e da Escola de Design, capazes de imprimir um novo perfil de modernidade às atividades atualmente desenvolvidas pelas empresas. (<http://www.cidades.ce.gov.br/cidades/categoria4/cidades-do-ceara>. Acesso em 19 de dezembro de 2009).

⁶ A implementação do Projeto envolve recursos da ordem de US\$ 66 milhões, aproximadamente 70% dos quais financiados pelo BIRD e aproximadamente 30% constituídos por recursos de contrapartida do Governo do Estado, neles incluídas as participações financeiras dos municípios, quando cabível. Estimava-se que os investimentos fossem realizados durante um período de cinco anos. O Projeto teve início em 2010 com previsão de conclusão em dezembro de 2014. Fonte: <http://www.cidades.ce.gov.br/index.php>

Essa intervenção representa o reconhecimento institucional do caráter estratégico do polo calçadista do Cariri, no conjunto das ações estratégicas do Estado no sentido de integrar os segmentos mais competitivos do Estado no circuito da economia global. E, nesse sentido, Juazeiro do Norte aparece, mais uma vez, como alvo preferencial. Conforme expresso no Projeto, o futuro Centro de Inovação Tecnológica do Setor de Calçados deverá ser instalado em Juazeiro do Norte.

O terceiro eixo do mesmo projeto alude à Gestão Regional e Fortalecimento Institucional. Esse tópico do programa prevê,

[...] um conjunto de intervenções associadas entre si que visam fortalecer o processo de gestão compartilhada e descentralizada iniciado pelo Governo do Estado, avançando no sentido de buscar desenhos institucionais melhor definidos e mais adequados para o Projeto, envolvendo o fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos no mesmo e das instâncias de representação e gestão regional, e a realização de estudos e projetos voltados para o desenvolvimento da região. (grifos nossos).

Conforme podemos depreender, sobretudo a partir dos objetivos sublinhados anteriormente, pelo menos no campo das intenções e do discurso político, o projeto Cidades do Cariri sinaliza uma preocupação com o suporte institucional da RMCari. Porém, iniciado em 2010 e com conclusão prevista para 2014, portanto já em atraso, essa é a etapa do projeto que, até o momento, não logrou o êxito esperado na região (QUEIROZ, 2013).

Transcorridos os quatro anos de execução do Projeto, parte das ações relativas às intervenções na área de engenharia civil já se tornaram realidade, inclusive, a despeito das resistências locais⁷.

Enquanto isso, aquelas intervenções que demandavam ações de outra natureza, circunscritas à arena da “engenharia política”, não tiveram a mesma celeridade. Um exemplo flagrante dessa situação refere-se às tratativas de construção do aterro sanitário consociado na região.

A primeira definição em relação a essa obra, referente à formação do consórcio municipal⁸, foi tomada ainda no princípio do segundo semestre de 2009. Todavia, o processo que culminaria com a delimitação do local mais apropriado, sustentável ecológica, econômica e politicamente, só concretizou-se três anos mais tarde. De sorte que, no momento atual, o início das obras civis ainda aguarda pela realização dos estudos de impactos ambientais e os respectivos licenciamentos. Este equipamento urbano será abrigado no município de Cariri e, conforme previsto, será integrado às cidades da RMCari e de Altaneira, município vizinho à Farias Brito e Nova Olinda, através de novos eixos rodoviários, ainda virtuais, porém vinculados ao projeto original.

Da parte que toca o terceiro eixo do Projeto Cidades do Cariri Central, em especial, no que tange ao processo de institucionalização da RMCari, como parte integrante da estratégia de planejamento no âmbito estadual, interpõe-se o maior desafio. Passados quase quatro anos do fato consumado, por força de Lei, sua efetividade como instância de planejamento e gestão urbano-regional ainda é aguardada.

Se do ponto de vista das interações espacial podemos afirmar que o conjunto Crajubar, e mesmo esta e sua área estendida – área compreendida pelos demais municípios integrantes da RMCari –, vivencia há tempos um processo de integração territorial, politicamente, este processo só existe como devir. Compreendemos a integração territorial

⁷ Na cidade do Crato, quando da realização da obra de requalificação das praças da área central da cidade, população e imprensa revelaram contrariedade com a realização da mesma em face de outras demandas consideradas mais urgentes na cidade.

⁸ Participam desse consórcio municipal para a construção do aterro sanitário do Cariri todos os municípios integrantes da RMCari. O mesmo contou ainda com a adesão do município de Altaneira, situado na porção noroeste desta aglomeração.

como parte da dinâmica territorial das aglomerações metropolitanas, conforme descrito por Lacerda (2012). Para esta autora, ao passo que a metrópole e sua área estendida se constitui de fragmentos, as interações espaciais que se constituem no cotidiano ordinário do conjunto espacial promovem a integração territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criada desde 2009, a RMCariri não está regulamentada de fato e, de acordo com as evidências, todos os municípios integrantes da mesma ainda estão desmobilizados.

O único instrumento de intermediação institucional em atividade na região, vinculado ao organograma da Secretaria das Cidades, não da RMCariri, não foi concebido para este fim. Trata-se do Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri, instalado ainda no ano de 2007, quando se iniciava o primeiro mandato do Governador Cid Gomes.

Malgrado o fato de o mesmo representar o fórum regional para intermediação entre os planos do Estado para a região e as demandas regionais, o CONDIRC não foi capaz de mobilizar as partes envolvidas no processo de implantação da RMCariri. Isso se explica por duas razões. A primeira e provavelmente mais importante refere-se ao fato de o mesmo possuir um raio de atuação mais abrangente que o descrito na concepção da RMCariri e, sobretudo, do Projeto Cidades do Cariri Central. Enquanto os dois projetos estão circunscritos a um conjunto de nove municípios, o CONDIRC se constitui numa representação regional de 25 municípios.

O segundo fator limitante para a atuação do CONDIRC nas outras duas frentes prioritárias que não àquela para a qual foi concebido, encontra sua razão no fato do mesmo possuir um caráter meramente consultivo.

Com efeito, em face das cobranças emanadas por parte das lideranças políticas locais e ecoadas na imprensa regional, a Secretaria das Cidades, tendo a frente da pasta atualmente uma jovem liderança regional, lançou um plano para tentar viabilizar o processo de implantação da RMCariri. Uma primeira medida nesse sentido foi a contratação de uma consultoria externa para assessorar esse processo, seguida de uma audiência pública na primeira semana de setembro de 2012, com as presenças dos representantes dos municípios que formam o conjunto metropolitano e do novo consultor do plano, contratado em Recife.

O acompanhamento deste evento permitiu constatar o enorme desafio que se interpõe ao processo de integração política dos municípios integrantes da RMCariri. O principal deles se encontra na seara política e remete ao receio cultivado por parte das lideranças políticas locais em perderem autonomia. Ademais, a defesa quase intransigente dos interesses locais, ao lado das disputas interlocais, dificulta a construção de uma unidade regional.

Todavia, o mesmo encontro produziu entendimentos. O primeiro significou um compromisso por parte da Secretaria das Cidades em criar uma Secretaria Executiva da RMCariri, preenchendo o vazio institucional pré-existente, para a execução do consórcio intergovernamental na região e, ainda, promover uma interação entre essa “unidade” regional e as esferas de poder estadual e federal.

Um segundo entendimento importante, tendo em vista a viabilização do projeto de integração política, resultou no encaminhamento da proposta de adequação das Leis orgânicas dos municípios. Ainda nesse sentido, o consultor exortou os representantes locais para a necessidade de se conceber um plano diretor, com termo de referência, e, posteriormente, um plano de ação, para definir como serão desenvolvidos os projetos destinados à RMCariri.

Quanto à necessidade de um plano diretor para a emergente Região Metropolitana do Cariri, não resta dúvidas da pertinência e importância da medida. Mas, considerando que, a grande maioria dos projetos de vulto destinados à região já foram predefinidos pelo Governo do Estado e já estão em curso, desta feita sob os auspícios do Projeto Cidades do Cariri

Central — some-se a este os investimentos programados sob a rubrica dos projetos dos Cinturões: o Digital e o das Águas —, como as partes integrantes poderão opinar sobre os mesmos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. (MP/SPI). **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: Volume III, Regiões de Referência. Brasília: 2008.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **PROJETO CIDADES DO CEARÁ CARIRI CENTRAL - manual operativo projeto de desenvolvimento econômico regional do Ceará Cidades do Ceará/Cariri Central**. Diário oficial do Estado do Ceará, série 3, Ano I, Nº238, 21 de dezembro de 2009 (p.37-66).

LACERDA, N. Fragmentação e integração: movimentos de (re) estruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro, LIMONAD, Ester, GUSMÃO, Paulo Pereira (Orgs.). **Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012. P.21-42.

LENCIONE, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 39, p. 07-20, 2008. (b)

_____. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, p.65-75, 2006.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2009.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2013.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): p. 123-135, jan/mar. 1983.